



CAMINHOS DAS DISCUSSÕES ACADÊMICAS SOBRE O TEMA DE GÊNERO, MULHERES E POLÍTICA: EM QUE MOMENTO ESTAMOS ?

Marlise Matos (UFMG)¹
Danusa Marques (UFMG)²

Introdução³

O exercício dos mais diversos campos da política, numa situação de quase ausência das mulheres, constitui-se num grande desafio ao projeto democrático e em um impasse para os estudos de gênero e feministas. Todavia, cabe igualmente ressaltar que este não parece ainda se constituir em ponto realmente crítico, como veremos pela descrição a seguir, para as análises políticas brasileiras contemporâneas e nem mesmo um tema para os estudos desenvolvidos no âmbito da Ciência Política de uma forma geral.

O registro da literatura pertinente (Pateman, 1993; Okin, 1995; Norris, 1987, 1996a, 1996b, 2000; Inglehart & Norris, 2000; Avelar, 2001) aponta para o fato de que algumas das concepções que nortearam as

¹ Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutora em Sociologia (IUPERJ), Mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Psicóloga (UFMG), Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) da UFMG.

² Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Ciência Política (UnB), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da UFMG.

³ Agradecemos a Laura França Martello (Bolsista NEPEM UFMG) pelo auxílio na elaboração do banco de dados sobre os artigos da REF e Cadernos Pagu aqui utilizado.

democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando as desigualdades políticas. Ao longo dos séculos XIX e XX, para combater tais discriminações as mulheres de todo o mundo se organizaram como sujeitos políticos para vencer e superar suas vivências de privações, segregações e opressões dos mais distintos matizes e não apenas na carreira política institucionalizada. Neste último século também foram criados e fortalecidos os movimentos feministas e de mulheres, em uma rica pluralidade de formas, tonalidades, ritmos e articulações locais, nacionais e internacionais.

Recentemente encerramos uma pesquisa intitulada: "A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres" (CNPq, 2008; FAPEMIG, 2009) com o intuito de refletir de modo aprofundado sobre os impactos e conseqüências que a situação de quase ausência das mulheres brasileiras do espaço da representação política formal (problematizada a partir do Poder Legislativo estadual e federal brasileiros) pode produzir ao longo do processo de consolidação da cidadania (especialmente das mulheres, mas não apenas) e da democracia brasileiras.

Ficou fartamente constatado que a democracia brasileira continua se realizando num contexto de fortes disparidades no que tange à representação política entre homens e mulheres (e também entre brancos e negros). Faz-se, pois, urgente e necessário identificar os obstáculos que têm pavimentado o caminho das mulheres brasileiras, candidatas e eleitas ao parlamento brasileiro, de modo a colaborar para a construção de uma perspectiva crítica que dê subsídios analíticos, empíricos e teóricos, para a compreensão das causas da realização de

um projeto de cidadania política feminina que ainda não se concretizou no país.

Sabe-se da existência deletéria das profundas e arraigadas desigualdades de gênero que perpassam a sociedade brasileira. Este ensaio traz à tona um conjunto sistematizado de informações a respeito do estado da arte das produções – dissertações e teses defendidas - em pós-graduação do país ao longo de um período de nove anos (de 2000 a 2008), além de uma breve análise dos artigos acadêmicos publicados nos últimos dez anos (entre 2000 e 2009) sobre o tema “participação das mulheres nos espaços de poder” nos dois mais importantes periódicos da área de gênero no Brasil: a Revista Estudos Feministas e a Cadernos Pagu. Como se pode perceber com clareza, mesmo para o campo acadêmico na produção científica em pós-graduação este é um tema ainda periférico. Através desta análise é especialmente possível constatar que para aqueles campos disciplinares evidentemente vocacionados à análise destas temáticas (mulher e política, gênero e política) como a sociologia e a ciência política brasileiras, estes não se constituíram ainda em um conjunto de produções de fôlego, sendo que é bastante recente o crescimento dos trabalhos sobre os respectivos temas nestas áreas.

É assim que se pode então afirmar que alguns percalços no processo de formação da cidadania política feminina também têm a ver com débitos neste sentido: o das produções científico-acadêmicas, já que para aqueles campos onde o tipo de saber produzido seria exatamente o mais especializado nestas temáticas (especialmente na ciência política) o estudo sistemático em nível de pós-graduação no país tem apresentado pouco impacto sobre o volume das produções. São muitas as “pedras no caminho” e elas têm, de fato, influenciado o jogo político-democrático

brasileiro na direção do exercício político por chaves, regras e atores majoritariamente masculinos.

É inegável que a participação das mulheres nas diferentes instâncias de poder no país vem crescendo paulatinamente, mas isso ocorre de forma ainda muito tímida. Na Tabela abaixo se pode observar a participação das mulheres nas instancias formais de poder no Brasil:

Tabela 1: Mulheres em Instâncias de Poder no Brasil - 2007

Poderes do Estado	Cargo/Mandato	Mulher		Homem		TOTAL
		N.A	%	N.A	%	
PODER LEGISLATIVO	Senador/Senadora	10	12,34	71	87,66	81*
	Deputada/Deputado Federal	45	8,7	468	91,23	513
	Deputada/Deputado Estadual/Distrital	123	11,61	936	88,39	1.059
	Vereadora/Vereador	6.556	12,65	45.252	87,35	51.808
PODER EXECUTIVO	Presidente da República	-	-	1	100,0	1
	Governadora/Governador	4	14,8	23	85,19	27
	Prefeita/Prefeito	418	7,52	5.141	92,48	5.559
PODER JUDICIÁRIO	Ministra/Ministro do STF	2	18,18	9	81,82	11
	Ministra/Ministro do STJ	4	12,12	29	87,88	33
	Ministra/Ministro do TST	1	5,88	16	94,12	17
	Ministra/Ministro do TSE	1	14,28	6	85,72	7
	Ministra/Ministro do STM	-	-	-	100,00	15

Fontes:

TSE – eleições de 2006 (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais/Distrital, governos) e eleições de 2004 (Câmara de Vereadores e Prefeituras) e sites: <http://www.brasil.gov.br> e <http://www.stf.gov.br/bndpj/tribunaissuperiores>.

* Pela especificidade das eleições para o Senado, o número de senadoras/senadores abrange as/os 27 eleitas/os em 2006 e as 54 eleitas/os em 2002.

Nas últimas eleições foram eleitas quatro senadoras e na anterior, oito. Duas deixaram a Casa para assumir posições em outros poderes.

Segundo a União Interparlamentar (IPU/ONU)⁴, a situação mundial da representação de mulheres é uma séria questão em todo o mundo: a média de mulheres nos Parlametos é de apenas 18,9%, combinando-

⁴ <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>, visualizado em 15 de abril de 2010.

se as duas Câmaras – a alta (Senado, com 17,9%) e baixa (Câmara de Deputados, com 19,1%). Para alguns países – levando-se em conta as duas Câmaras - estas médias se elevam: os países nórdicos contam com 42,1% de mulheres parlamentares; nos países americanos as cifras chegam a 22,1% e nos europeus (excetuando-se os nórdicos) a representação feminina está em 19,9%. O Brasil, que tem 9% de mulheres parlamentares na Câmara de Deputados, numa perspectiva comparada internacional, se iguala à situação dramática, por exemplo, dos países árabes (9,5%). Nosso país ocupa posição lamentável no ranking mundial: o 107º lugar dentre um conjunto de 187 países (em 140 posições). Não nos encontramos sequer em posição de liderança na própria América Latina e Caribe, pelo contrário, figuramos em penúltimo lugar neste outro ranking, perdendo apenas para a Colômbia (8,4%) e o Haiti (4,1%). No continente somos em muito superados pela Costa Rica (36,8%) e Argentina (com 38,5%), por exemplo. Certamente estes não são números dos quais devamos nos orgulhar.

Ao longo de 73 anos (1936-2009)⁵ a representação feminina passou de 1% para 9%: com todas as intensas e duradouras transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil ao longo deste mesmo período, é extremamente desproporcional a participação político-institucional das mulheres, contrastando, inclusive, com a sua significativa presença em outras áreas. As mulheres são hoje, no Brasil, 51,3% da população, totalizam 42,7% da população economicamente ativa, 26,8% são “pessoas de referência” dos domicílios brasileiros, e 51,2% do eleitorado nacional⁶. Por que, então, a presença das mulheres nos poderes decisórios tem avançado tão lentamente? Qual é o impacto

⁵ O Brasil conquistou o sufrágio feminino em 1932, mas foi apenas em 1936 que a primeira mulher parlamentar foi eleita. Trata-se de Carlota Pereira de Queirós.

⁶ www.tse.gov.br/internet/eleicoes, visualizado em 02 de abril de 2010.

disto para o exercício de cidadania política das mulheres brasileiras? Será que as pesquisas e trabalhos acadêmicos no Brasil têm, efetivamente, buscado respostas para estas perguntas? Estas são perguntas estratégicas e o alcance das respostas poderia e podem fazer avançar e transformar este estado tão precário de ocupação dos espaços de poder pelas mulheres.

Elas, as mulheres políticas, não ocupam nem 20% nos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos Governos Municipais e Estaduais, nas Secretarias do Primeiro Escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos Sindicatos ou nas Reitorias. Essa realidade de sub-representação tem, de fato, gerado questionamentos e análises, traduzidas em pesquisas e em produções acadêmicas, a exemplo de teses, dissertações e artigos publicados? Se sim, a partir de quais principais campos disciplinares? Quem seriam os principais pesquisadores e orientadores envolvidos nestes estudos? Quais seriam as principais instituições?

O pano de fundo das considerações tecidas ao longo deste ensaio é a constatação de um efetivo alargamento e difusão do "campo de gênero" (Matos, 2008, pp. 354-5) que, segundo análises já produzidas, já nos oferece ferramentas teóricas e reflexões metodológicas substantivas que são responsáveis pela formação de algumas gerações de pensadores acadêmicos e de intelectuais. Esse forte avanço no sentido da concretização da institucionalização desse novo campo, além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação, contribuiu concretamente nas muitas revisões e re-elaborações de questões que são centrais na ciência política, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na comunicação social etc.

O presente artigo analisa os resultados de um levantamento bibliográfico acerca do tema “mulheres, gênero e poder”. A motivação para tal empreendimento repousa na proposta de construção de um banco de dados que poderá ser disponibilizado no sítio do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, cujo foco temático do ano de 2009 foi, justamente, a participação feminina nos espaços de poder.

Conforme anunciado, a primeira frente de levantamentos da pesquisa realizada buscou catalogar as teses e dissertações encontradas sobre este tema e a segunda parte mapeou os artigos acadêmicos nacionais publicados em periódicos de gênero disponíveis em versão eletrônica, exclusivamente na Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu.

A Primeira frente de pesquisa: levantamento de teses e de dissertações

Foram incluídos nesta análise os resultados da busca por Teses e Dissertações defendidas em diferentes áreas do conhecimento e disciplinares e registradas no Banco de Dados da CAPES⁷ para o período de 2000 a 2008. Como filtros para a pesquisa foram empregados os critérios de busca “Mulheres Poder”, “Feminismo Política” e “Gênero Política”⁸, de onde foram selecionadas 385 teses e dissertações.

Dados gerais sobre a titulação de discentes na pós-graduação brasileira⁹ mostram que, entre 2000 e 2008¹⁰, 307.157 discentes titularam-se no Brasil, sendo 233.737 (76,1%) no nível de Mestrado e 73.420 (23,9%)

⁷ <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

⁸ Realizaram-se buscas apenas com estes três critérios, na ordem citada, visto que demais combinações produziram seleções repetitivas.

⁹ <http://geocapes.capes.gov.br/>

¹⁰ Infelizmente, não foi possível incluir o ano de 2009 nesta coleta, pois à sua data, março de 2010, os Relatórios CAPES dos Programas de Pós-Graduação do país deste ano ainda não estavam disponíveis.

no Doutorado. Foram 109.44 titulações de discentes de Mestrado e Doutorado se selecionadas apenas as áreas de: administração, ciências contábeis e turismo; antropologia/arqueologia; ciência política e relações internacionais; ciências sociais aplicadas; direito; economia; educação; filosofia/teologia: subcomissão filosofia; filosofia/teologia: subcomissão teologia; geografia; história; letras/lingüística; psicologia; serviço social; e sociologia¹¹. Destes 109.464 discentes, 79,8% titularam-se no Mestrado e 20,2% no Doutorado. Mesmo se consideradas as titulações apenas nestas áreas específicas, as 385 Teses e Dissertações encontradas sobre a participação de mulheres nos espaços de poder correspondem a uma fração bastante pequena: apenas 0,35%. Entre o universo de titulações, as 385 produções selecionadas correspondem a 0,13%.

Das 385 produções selecionadas para esta pesquisa, foram encontrados 9 autores (7 mulheres e 2 homens) com duas ocorrências, ou seja, com uma dissertação e uma tese defendidas no referido período. A distribuição encontrada destes resultados pelo sexo dos autores e a categoria/tipo de trabalho acadêmico defendida foi a seguinte:

Tabela 2: Distribuição das produções por Sexo dos autores de Teses/Dissertações sobre mulheres e poder (CAPES/2000 a 2008)

Sexo	Ocorrências	Freqüência
Feminino	350	90,9%
Masculino	35	9,1%
TOTAL	385	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Tabela 3: Distribuição das produções selecionadas por Nível de formação (Teses/Dissertações - CAPES/2000 a 2008)

Nível	Ocorrências	Freqüência
Mestrado	287	74,5%

¹¹ Áreas com maior potencial de afinidade com o tema "participação das mulheres nos espaços de poder".

Doutorado	98	25,5%
TOTAL	385	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

As duas Tabelas nos informam que estas temáticas têm sido um alvo de estudos em pós-graduação privilegiadamente para as próprias alunas/autoras mulheres (90,9%) e que tais estudos estão majoritariamente concentrados nas produções de pós-graduação do primeiro nível: as Dissertações de Mestrado (74,5%). Contudo caberia a ressalva de que a distribuição dos trabalhos por nível acompanha a distribuição geral das titulações de discentes: 76,1% no Mestrado e 23,9% no Doutorado¹².

Do cruzamento entre estas duas variáveis, abaixo, verifica-se que no nível de Doutorado tende a existir uma maior concentração da produção de Teses nas mãos das autoras, ainda mais do que no nível de Mestrado:

Tabela 4: Distribuição das produções por Nível de formação e Sexo dos autores acadêmico (Teses/Dissertações - CAPES/2000 a 2008)

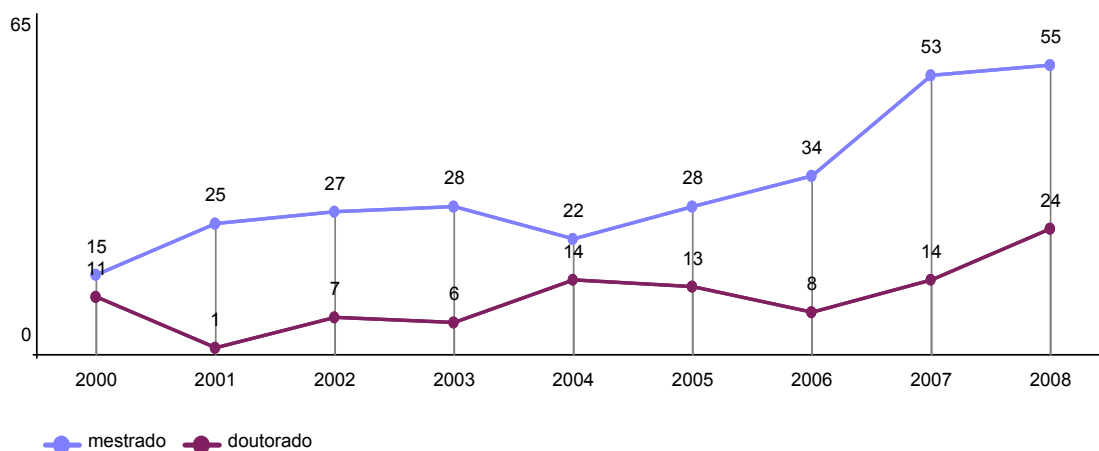
Nível/Sexo	Feminino	Masculino	Total
Mestrado	89,9%	10,1%	100%
Doutorado	93,9%	6,1%	100%
(N)	350	35	385

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Os elementos identificados acima de fato não são nada surpreendentes se levarmos em conta que este não se constitui em um tema que tenha uma produção extensa no país: a concentração na autoria feminina já era esperada, mas é importante sinalizar que a feminização dos estudos no Mestrado tende a continuar também no grau de Doutorado.

¹² <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>

Gráfico 1: Distribuição das teses e dissertações da temática, por ano pesquisado (Teses/Dissertações - CAPES/2000 a 2008)



Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Como se pode observar, o comportamento destas produções ao longo de uma linha no tempo nos permite evidenciar tendência ao aumento bem das produções, especialmente a partir de 2007. Tais evidências sinalizam o crescimento deste tipo de produção acadêmica e podem indicar que tal tendência poderá se consolidar no próximo período a ser analisado, já que seria perfeitamente possível hipotetizar que, em uma parcela significativa e não desprezível, as pesquisas de Mestrado sobre um determinado conteúdo tendem a ser desdobradas também em pesquisas, com conteúdo similar ou semelhante, pelo/a mesmo/a autor/a numa fase posterior de Doutorado.

Tabela 5: Distribuição das produções pelo Sexo dos/as orientadores/as

Sexo Orient.	Ocorrências	Frequência
Feminino	256	66,5%
Masculino	129	33,5%
Total	385	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Tabela 6: Distribuição das produções Nível de formação e o Sexo dos/as orientadores/as

Nível/Sexo Orient.	Feminino	Masculino	Total
--------------------	----------	-----------	-------

Mestrado	65,9%	34,1%	100%
Doutorado	68,4%	31,6%	100%
(N)	256	129	385

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Tabela 7: Distribuição das produções pelo quantitativo atribuído aos/às orientadores/as

nº orientações por orientador	nº orientadores
1	264
2	33
3	9
4	4
5	1
7	1
TOTAL de orientadores*	312

*(n) dissertações ou teses: 385

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Tabela 8: Distribuição das produções pelos/as principais orientadores/as

PRINCIPAIS ORIENTADORES(AS)	Nº orientações	Freqüência
Diva do Couto Gontijo Muniz	7	1,8%
Maria Lygia Quartim de Moraes	5	1,3%
Lucila Scavone	4	1,0%
Maria Beatriz Nader	4	1,0%
Maria Lucia Rocha-Coutinho	4	1,0%
Salvador Antonio Mireles Sandoval	4	1,0%
Ana Alice Alcantara Costa	3	0,8%
José Eustáquio Diniz Alves	3	0,8%
Maria Helena de Paula Frota	3	0,8%
Miriam Pillar Grossi	3	0,8%
Nizar Messari	3	0,8%
Rita de Cassia Santos Freitas	3	0,8%
Russell Parry Scott	3	0,8%
Sandra Duarte de Souza	3	0,8%
Tania Navarro Swain	3	0,8%

(n) orientadores: 312

(n) dissertações e teses: 385

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

A seqüência destas últimas Tabelas (5, 6, 7 e 8) nos mostra elementos descritivos interessantes no que tange à atividade de orientação destes trabalhos em pós-graduação. Aqui fica uma vez mais explicitada a tendência endógena da participação acadêmica nestes estudos: assim

como são as mulheres quem privilegiadamente estudam tais temas, são também as mulheres as principais orientadoras (65,9% de Dissertações de Mestrado e 68,4% de Teses de Doutorado).

As professoras Diva do Couto Gontijo Muniz¹³ (Professora Adjunta do Departamento de História da UnB) e Maria Lygia Quartim de Moraes¹⁴ (Professora Titular do Departamento de Sociologia da UNICAMP) são as que mais se destacam no trabalho de orientação. Ambas têm orientado o maior número de produções destas temáticas no país, 7 e 5 respectivamente para o período analisado, seguidas das professoras Lucila Scavone¹⁵ (Professora de Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Maria Beatriz Nader¹⁶ (Professora

¹³ *Diva do Couto Gontijo Muniz* possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1970), mestrado em História pela Universidade de Brasília (1984) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é professora adjunta da Universidade de Brasília. Atua na graduação e na pós-graduação com pesquisas e docência nas áreas de Historiografia do Brasil, História das Mulheres e Estudos de Gênero, História do Brasil Império. Integra o corpo docente da pós-graduação em História nas áreas de concentração: Estudos Feministas e de Gênero e História Social. Pesquisa e orienta dissertações de mestrado e teses de doutorado centradas nos seguintes eixos temáticos: História, Gênero, Representações Sociais, Experiência e Identidades.

¹⁴ *Maria Lygia Quartim de Moraes* é Socióloga, formada em Ciências Sociais pela USP (1963-66), com cursos de pós-graduação na França e no Chile (1970-74). Doutou-se em Ciência Política pela USP (1982), defendeu sua livre-docência na UNICAMP (1997) e tornou-se professora titular da UNICAMP em 2004. Especialista em sociologia clássica é também pesquisadora das áreas de estudos sobre movimentos sociais, família e gênero, direitos humanos e memória política no período de 1964-82. Publicou livros, capítulos de livros e artigos no país e no exterior. Atualmente, é professora titular de Sociologia da UNICAMP, pesquisadora do Pagu - Núcleo de Estudo de Gênero da UNICAMP e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP.

¹⁵ Lucila Scavone é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), Mestre em Sociologia Política e Antropologia, *Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle)* (1976) Doutora em Sociologia, *Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle)* (1980). Pós-Doutorado INSERM (França). Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde atua profissionalmente desde 1986 no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Trabalha com os seguintes eixos temáticos: estudos de gênero; tecnologias reprodutivas; saúde reprodutiva; feminismo e democracia; sociologia da saúde.

¹⁶ *Maria Beatriz Nader*, vitoriense, doutora em História Econômica e mestre em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo. Possui graduação em História

Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo) e Maria Lucia Rocha-Coutinho¹⁷ (Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira), que orientaram 4 trabalhos cada uma no período de referência e também Ana Alice Alcântara Costa¹⁸ (Professora Associada do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia) que orientou três destes trabalhos.

Cabe mencionar ainda que as orientações não estão concentradas em poucos orientadores/as, já que do universo das 385 produções identificadas, 236 são orientadas por diferentes professores. Os dados permitem também identificar uma maior abertura de gênero neste sentido (não perceptível em relação à autoria dos trabalhos, que

e Pós-graduação em Avaliação de Sistemas Educacionais e em História do Brasil. É Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo e membro da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras. Suas pesquisas se direcionam para a História do Tempo Presente. Estuda basicamente as Relações de Gênero, História da Família, Violência contra a Mulher e Demografia Histórica.

¹⁷ *Maria Lucia Rocha-Coutinho* possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1976), mestrado em Psicologia pela *San Francisco State University* (1978) e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992). Atualmente é Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista do CNPq e Professora Titular na Universidade Salgado de Oliveira. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Relações de Gênero, Discurso e Construção de Identidades e Subjetividades.

¹⁸ *Ana Alice Alcântara Costa* possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1975), mestrado em Sociologia pela *Universidad Nacional Autonoma de Mexico* (1981), doutorado em Sociologia Política também pela *Universidad Nacional Autonoma de Mexico* (1996) e Pós-doutorado no *Instituto de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid* (2004). Professora Associada do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHist), também pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, órgão suplementar da UFBA. Bolsista (2006/2011) do Consórcio do Programa de Pesquisas (*Research Programme Consortium - RPC*) sobre o Empoderamento das Mulheres (*Pathways of Women Empowerment*), financiado pelo *Department for International Development - DFID* da Grã-Bretanha. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, cidadania, condição feminina, comportamento político, políticas públicas e feminismo.

permanece extremamente concentrada na autoria feminina): entre os principais orientadores há quatro homens – Salvador Antonio Mireles Sandoval¹⁹ (Professor Titular do Departamento de Psicologia da PUC de São Paulo), José Eustáquio Diniz Alves²⁰ (Pesquisador Titular da ENCE/IBGE), Nizar Messari²¹ (Professor Assistente do IRI da PUC-Rio) e Russell Parry Scott²² (Professor Associado do Departamento de Ciências

¹⁹ *Salvador Antonio Mireles Sandoval* possui graduação em *Latin American Studies - University of Texas at El Paso* (1969), Mestrado em Ciencia Política - *University of Texas at El Paso* (1970), Mestrado em Ciencia Política - *The University of Michigan* (1971) e Doutorado em Ciencia Política - *The University of Michigan* (1984). Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, e professor assistente doutor-ms3 da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Tem experiência nas áreas de Psicologia Política, Psicologia Social Comunitária, Ciências Sociais da Educação, com ênfase nos seguintes temas: psicologia política, participação política em movimentos sociais, processos de conscientização política, educação política, educação popular, comportamento político coletivo e conflitos sociais. Realizou pós-doutorado no *Center for the Study of Social Change, New School for Social Research* (1995), e foi pesquisador convidado no *David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University* como *J.P Lemann Visiting Scholar*. Foi Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social-ABRAPSO, sócio-fundador e Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política-ABPP e fundador da Revista Psicologia Política sendo um dos primeiros co-editores dessa revista. Professor visitante, *Concordia University, Montreal Canadá* em 2008.

²⁰ *José Eustáquio Diniz Alves* possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1980), mestrado em Economia (1983), doutorado em Demografia pelo CEDEPLAR-UFMG (1994) e pós-doutorado pelo Nepo/UNICAMP. Trabalhou na Secretaria do Trabalho de Minas Gerais entre 1984 e 1988, sendo coordenador estadual do SINE e foi professor da Universidade Federal de Ouro Preto de 1987 a 2002. Foi tesoureiro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (2005-2006) e vice-presidente da ABEP (2007-2008). É pesquisador titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ENCE/IBGE. Foi coordenador da pós-graduação da ENCE/IBGE de 2005 a 2009. Tem experiência na área de Economia, ciências sociais e Demografia, atuando principalmente nos seguintes temas: família, gênero, fecundidade, direitos reprodutivos, demanda habitacional e população e desenvolvimento.

²¹ *Nizar Messari* possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1992), mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Relações Internacionais pela *University of Miami* (1998). Atualmente é Professor Assistente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Internacional. Atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria, Relações internacionais, Identidade, Política Externa, Estados Unidos e Islam.

²² *Russell Parry Scott* possui graduação em Línguas Contemporâneas (concentração: Espanhol) - *Hamilton College* (1971), Mestrado em *Latin American Studies, Institute of Latin American Studies, University of Texas at Austin* (1973) e doutorado em Antropologia - *University of Texas at Austin* (1981). Já passou temporadas de

Sociais da Universidade Federal do Pernambuco) – que se destacam como orientadores de três trabalhos cada.

Em relação à distribuição destas produções ao longo dos distintos campos disciplinares e diferentes IES – foi identificado um total de 61 cursos que as sediam distribuídas entre 67 principais Universidades - os dados vêm confirmar determinadas carreiras/especializações ainda fechadas para os estudos destas temáticas.

Tabela 9: Distribuição das produções, por ano e pelos principais cursos ou habilitação profissional (aqueles com 4 ou mais ocorrências):

Principais Habilitações	Ocorrências	Frequência
História	57	14,8%
Sociologia	45	11,7%
Educação	38	9,9%
Ciências Sociais	33	8,6%
Psicologia	21	5,5%
Serviço Social	21	5,5%
Administração	19	4,9%
Ciência Política	12	3,1%
Direito	10	2,6%
Geografia	7	1,8%
Letras	6	1,6%
Psicologia Social	6	1,6%
Antropologia	5	1,3%
Política Social	5	1,3%
Antropologia Social	4	1,0%
Ciências da Comunicação	4	1,0%
Ciências da Religião	4	1,0%
Economia	4	1,0%
História Social	4	1,0%

Professor e Pesquisador Visitante nas Universidades de Georgetown (1984-1985), Harvard (1991-1993) e Salamanca (2006-2007). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Antropologia e de Sociologia, com ênfase na interface entre estruturas domésticas e outras esferas de poder em diversos contextos sociais urbanos e rurais, tendo realizado pesquisa entre trabalhadores rurais e agricultores no Nordeste, com atingidos de barragens e de projetos de desenvolvimento, e com residentes da periferia urbana. Temas ressaltados incluem poder, gênero, família, saúde, saúde reprodutiva, migrações. Também aborda ensino, pesquisa a elaboração de teoria em diferentes antropologias nacionais.

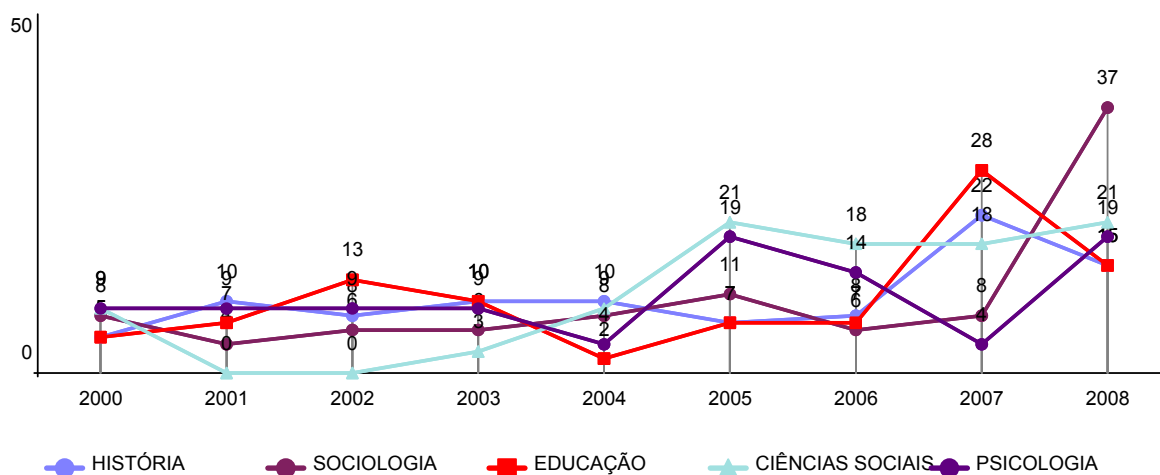
Políticas Públicas e Sociedade	4	1,0%
--------------------------------	---	------

(N): 385 casos

Total de cursos/habilitações identificados: 70

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Gráfico 2: Evolução da Distribuição das produções vinculadas aos 5 principais cursos (habilitações), por ano:



Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

As habilitações em História (14,8%), Sociologia (11,7%) e Educação (9,9%), seguida da habilitação em Ciências Sociais (8,6%), em Psicologia (5,5%) e em Serviço Social (5,5%) concentram 56% das áreas disciplinares que acolheram tais produções. Cabe menção aqui que estas são também as áreas profissionais que historicamente mais concentram o público feminino na formação do ensino superior brasileiro.

As habilitações em Ciência Política (com 3,1%) e em Direito (com 2,6%) vêm logo a seguir como aquelas áreas disciplinares com menor impacto nos esforços de produção em pós-graduação nas temáticas aqui levantadas. Surpreende, especialmente, a situação excepcional da Ciência Política brasileira: pareceria óbvio que esta seria uma habilitação

que, por vocação, deveria estar mais permeada aos estudos e às pesquisas nesta área.

Cabe destaque, contudo, o fato das habilitações em Ciências Sociais, Sociologia e Psicologia apresentarem tendência de elevação na produção destes estudos para os anos mais recentes (a partir de 2007), a habilitação em Educação apresentar uma tendência de diminuição e a de História, depois de ter sofrido um forte acréscimo nas conclusões destes trabalhos entre 2006 e 2007, permanecer relativamente estável no período mais recente.

Tabela 10: Distribuição das produções, por ano e pelas principais universidades (aquelas que apresentaram 10 ou mais ocorrências):

Principais Universidades	Ocorrências	Freqüência
UnB	26	6,8%
USP	26	6,8%
UFRJ	25	6,5%
PUC-SP	24	6,2%
UFPE	23	6,0%
UNICAMP	21	5,5%
UFRGS	16	4,2%
UFSC	16	4,2%
UFBA	15	3,9%
UFMG	12	3,1%
PUC-RIO	11	2,9%
UFF	10	2,6%
UNESP	10	2,6%

(n): 385

Total de Universidades identificados: 68

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Da Tabela 10 observa-se que são predominantemente as Instituições da região Sul e Sudeste do país, que concentram mais de 40% destas produções, com duas exceções: a UFPE e a UFBA (com 6% e 3,9%, respectivamente).

Num esforço de maior desagregação destas informações, pode-se observar o quadro geral que se tem em relação às diferentes Instituições envolvidas nestes estudos em pós-graduação e as grandes áreas²³ em que se inserem as teses e dissertações analisadas:

Tabela 11: Distribuição das produções, por ano e pelas principais universidades e principais habilitações em Pós-graduação.

Universid./ Área	Antrop.	Sociol.	C. Polít.	Psicol.	Educ.	Admin.	Serv. Social	Direito	Saúde	Hist.	Outros	TOTAL
UnB	1	4	8	3	1	0	1	0	0	11	4	33
USP	0	7	2	2	3	0	0	1	2	5	6	28
UFRJ	2	4	2	6	0	1	4	0	1	3	6	29
PUC-SP	0	10	6	3	0	1	2	0	0	5	1	28
UFPE	3	5	1	0	2	0	5	1	0	4	2	23
UNICAMP	1	8	5	1	6	1	0	0	1	2	2	27
TOTAL	7	38	24	15	12	3	12	2	4	30	21	168

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Em relação à Tabela 11 destaca-se um quantitativo de produções nas distintas Instituições obedecendo ao seguinte desenho: (1) na UnB: "áreas" de História e Sociologia; (2) na USP: "área" de Sociologia; (3) na UFRJ: "área" de Psicologia; (4) na PUC-SP: "área" de Ciências Sociais; (5) na UFPE: "áreas" de Sociologia e Serviço social e, finalmente, (6) na UNICAMP: "área" de Sociologia.

Tabela 12: Distribuição das produções pelo Tipo de Administração da IES

Administração	Ocorrências	Frequência
Federal	225	58,4%
Estadual	75	19,5%
Privada	83	21,6%
Municipal*	2	0,5%

(N):385

*2 ocorrências referentes a uma única universidade, Universidade Municipal de São Caetano Do Sul - SP (IMES)

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

²³ A variável "área" é uma reclassificação baseada na área declarada, palavras-chave e resumo acessados no Banco de Teses da CAPES, que admite até duas respostas.

A Tabela 12 permite visualizar a forte concentração desta produção nas IFES, que contabilizam 58,4% destes estudos, seguidas das Universidades Privadas e as Estaduais (que contam com 21,6% e 19,5% desta produção, respectivamente). Dentre as Universidades privadas destacam-se as Católicas, que são quatro entre as cinco principais instituições que finalizaram as produções:

Tabela 13: Distribuição das produções pelo Tipo de IES privada:

Principais IES Privadas	Ocorrências	Freqüência
PUC-SP	24	28,9%
PUC-RIO	11	13,3%
PUC-RS	7	8,4%
UMESP*	7	8,4%
UNISINOS	6	7,2%

(N): 83

*Universidade Metodista de São Paulo

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

No que tange à distribuição geográfica da produção levantada é possível afirmar que a região Sudeste é a que ganha destaque. No entanto, a concentração é ainda maior no eixo Rio-São Paulo, que detêm mais de 44% desta produção.

Tabela 14: Distribuição das produções pelas Unidades da Federação:

UF	Ocorrências	Freqüência
SP	101	26,2%
RJ	69	17,9%
RS	34	8,8%
DF	26	6,8%
PE	26	6,8%
MG	21	5,5%
BA	19	4,9%
PR	17	4,4%
SC	16	4,2%
CE	15	3,9%
RN	9	2,3%
GO	6	1,6%

PB	6	1,6%
ES	5	1,3%
PA	4	1,0%
MS	3	0,8%
MT	3	0,8%
SE	2	0,5%
PI	2	0,5%
RO	1	0,3%

(N):385

*As UFs omitidas (AL, AM, TO, MA, RR, AP, AC) não apresentam nenhuma tese ou dissertação.

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Tabela 15: Distribuição das produções pelas distintas regiões do país

Região	Ocorrências	Frequência
Sudeste	196	50,9%
Nordeste	79	20,5%
Sul	67	17,4%
Centro-Oeste	38	9,9%
Norte	5	1,3%
Total	385	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

A concentração sendo mesmo na região Sudeste (50%) é seguida pela região Nordeste (20,5%) e Sul (17,4%). Comparando-se com os dados sobre a “titulação de discentes” (Tabela 16), observa-se que a distribuição regional das 385 Teses e Dissertações amostradas não acompanha de perto a distribuição geral das titulações registradas no total geral da CAPES: entre as produções selecionadas, no caso de nossa amostra a região Nordeste ganha destaque, ultrapassando o número de trabalhos da região Sul, o que não ocorre entre o total de titulações registradas na CAPES²⁴. A distribuição das produções em dissertações e teses aqui levantada para a região Centro-oeste também se destaca com quase o dobro de pontos percentuais do que na distribuição geral de titulações da CAPES. Para entender melhor estas

²⁴ Infelizmente não foi possível verificar esta distribuição apenas entre as áreas mais próximas à temática analisada neste trabalho, porque os dados são agregados separadamente por UF e área no GEOCAPES.

diferenças, em uma análise mais detalhada das instituições, verifica-se na produção que levantamos nesta pesquisa, que a região Nordeste se destaca principalmente em relação às teses e dissertações concluídas pela UFPE e UFBA, e que também há uma participação importante de outras instituições dessa região, como as Universidades Federal e Estadual do Ceará, a UFRN e a UFPB. Já o destaque da região Centro-oeste se deve principalmente às teses e dissertações concluídas na UnB. Por estas diferenças, a porcentagem de teses e dissertações da região Sudeste aqui amostradas apresenta 12,2 pontos percentuais a menos do que a distribuição geral de titulações no país entre 2000 e 2008. Em um quadro geral, pode-se afirmar, portanto, que entre as produções sobre mulheres nos espaços de poder a concentração regional é menos acentuada do que entre o total de “titulações de discentes” em cursos de Mestrado e Doutorado.

Tabela 16: Distribuição das “titulações de discentes” pelas distintas regiões do país, por nível (2000-2008)

Região	Mestrado	Doutorado	(N)	%
Sudeste	135.497	55.633	191.130	62,2%
Sul	48.618	9.753	58.371	19,0%
Nordeste	29.930	5.478	35.408	11,5%
Centro-oeste	13.943	1.980	15.923	5,2%
Norte	5.749	576	6.325	2,1%
TOTAL	233.737	73.420	307.157	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir do GEOCAPES (Abril de 2010).

Quando se observa a distribuição regional das teses e dissertações selecionadas pelo sexo do/a autor/a, permanece a concentração da autoria feminina, principalmente na região Sudeste.

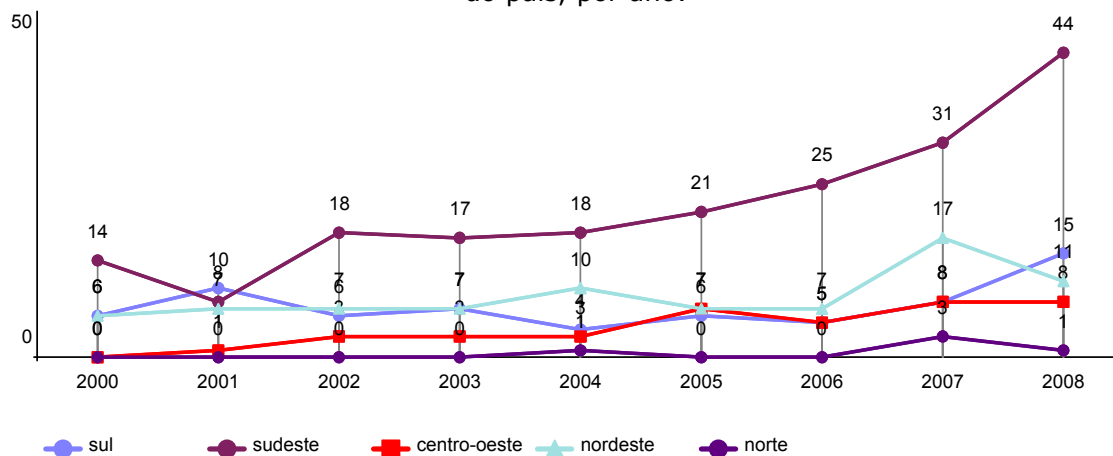
Tabela 17: Distribuição das produções pelas distintas Regiões do país e pelo Sexo dos/as autores/as

Região/Sexo	Feminino	Masculino	Total
Sudeste	178 (46,2%)	18 (4,7%)	196 (50,9%)
Nordeste	74 (19,2%)	5 (1,3%)	79 (20,5%)

Sul	59 (15,3%)	8 (2,1%)	67 (17,4%)
Centro-Oeste	34 (8,8%)	4 (1,0%)	38 (9,9%)
Norte	5 (1,3%)	0 (0,0%)	5 (1,3%)
Total	350 (90,9%)	35 (9,1%)	385 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Gráfico 3: Evolução da Distribuição das produções vinculadas às cinco Macro regiões do país, por ano:



Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Quanto à evolução destas produções no tempo, considerando-se as regiões do país, é destacável, mais uma vez, a tendência de crescimento na região Sudeste e a mesma tendência visível na região Sul. É importante notar o pico de defesas de Teses e Dissertações em 2007 na região Nordeste, que não se manteve em 2008.

Em relação ao financiamento destas produções cabe destacar que para 186 casos, ou seja, 47,3% do total, não foi possível identificar a fonte de informação sobre a agência de fomento da dissertação/tese. Daqueles casos (207) que possuem informação disponível para esta variável, a situação é a seguinte:

Tabela 18: Distribuição das produções pelas principais Agências de Fomento

Agência de fomento	Ocorrências	Freqüência
CAPES	114	55,1%
CNPq	68	32,9%

FAPESP	8	3,9%
FAPERJ	3	1,4%
FUNCAP	3	1,4%
Fundação Ford	2	1,0%
Bolsa Mestrado da Secretaria da Educação do Estado de SP	1	0,5%
FAPESB	1	0,5%
Programa de Incentivo de Capacitação de Docentes	1	0,5%
PROICAD-UGF	1	0,5%
PUC/SP - Dissídio Coletivo	1	0,5%
UENF	1	0,5%
UNIOESTE	1	0,5%
UNIPLAC	1	0,5%
URI	1	0,5%
TOTAL	207	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Pode ser evidenciada, então, a preponderância do financiamento dessas produções pela CAPES (55,1%) e pelo CNPq (32,9%) que são as agências que concentram 88% deste financiamento. A distribuição específica entre estas duas principais agências pelas categorias de trabalho acadêmico (Mestrado ou Doutorado, Tabela 19) revela uma concentração do fomento do CNPq e da CAPES no âmbito das Dissertações de Mestrado. Entre as produções analisadas, o percentual do financiamento da CAPES, no âmbito do Doutorado, é maior do que o do CNPq.

Tabela 19: Distribuição das produções pelas DUAS principais Agências de Fomento e pela categoria de trabalho acadêmico:

Agência	Mestrado	Doutorado	TOTAL
CAPES	68,4%	31,6%	100%
CNPq	75,0%	25,0%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

No que tange às participações dos/as professores/as e pesquisadores/as nas bancas de avaliação destes trabalhos é preciso salientar que para 24 casos não havia esta informação disponível. O número total de participações nestas Bancas é 1231, com a efetiva participação de 931

pesquisadores/as e professores/as. Abaixo segue a listagem de distribuição dos/as principais avaliadores/as (ou seja: aqueles/as com 4 ou mais participações nestas avaliações):

Tabela 20: Distribuição da participação de Avaliadores/as no âmbito das Bancas de Avaliação destas produções

Banca Examinadora	Ocorrências	Freqüência
Diva do Couto Gontijo Muniz	11	0,9%
Russell Parry Scott *	10	0,8%
Ana Alice Alcantara Costa	9	0,7%
Maria Lygia Quartim de Moraes	8	0,6%
Clara Maria de Oliveira Araujo	7	0,6%
Tania Navarro Swain	7	0,6%
Edla Eggert	6	0,5%
Heleieth Iara Bongiovani Saffioti	6	0,5%
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti	6	0,5%
Lúcia Mercês de Avelar	6	0,5%
Maria Izilda Santos de Matos	6	0,5%
Vanessa Maria Brasil	6	0,5%
Joelma Rodrigues Da Silva	5	0,4%
Lourdes Maria Bandeira	5	0,4%
Maria José Fontelas Rosado Nunes	5	0,4%
Cecília Maria Bacellar Sardenberg	4	0,3%
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo	4	0,3%
Glaucia Ribeiro Starling Diniz	4	0,3%
Joana Maria Pedro	4	0,3%
Lucila Scavone	4	0,3%
Maria Cristina Ferreira	4	0,3%
Maria Ignez Silveira Paulilo	4	0,3%
Maria Margaret Lopes	4	0,3%
Marlise Miriam de Matos Almeida	4	0,3%
Miriam Pillar Grossi	4	0,3%
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro	4	0,3%
Salvador Antonio Mireles Sandoval *	4	0,3%
Zélia Maria Pereira Da Silva	4	0,3%

*Pesquisadores Homens

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

As professoras Diva do Couto Gontijo Muniz (História/UnB), Ana Alice Alcântara Costa (Ciência Política/UFBA), Maria Lygia Quartim de Moraes

(Sociologia/UNICAMP), Clara Maria de Oliveira Araújo (Ciências Sociais/UERJ) e Tania Navarro Swain (História/UnB) se destacam no quadro das participações em bancas, já que (à exceção da professora Clara Araújo) foram igualmente as principais orientadoras destas produções. A participação masculina nas Bancas (27%) é bem menor, com destaque apenas para o Russell Parry Scott (Sociologia/UFPE) com 10 participações e Salvador Antonio Mireles Sandoval (Psicologia/PUC-SP), contando com 4 participações.

Tabela 21: Distribuição das participações em Bancas pelo Sexo do/a Professor/a

Sexo_Banca	Ocorrências	Freqüência
Feminino	891	72,4%
Masculino	340	27,6%
Total	1231*	100%

* 24 casos de Não-Resposta

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Ao proceder a um maior detalhamento destas participações em Bancas, pelo tipo de administração da IES e suas respectivas instituições, temos o seguinte quadro geral:

Quadro 1: Distribuição das participações em bancas (até 6 participações), pelo Tipo de administração da IES e o detalhamento institucional

Participação em bancas/administração	Fed.	Est.	Priv.	Mun.	TOTAL	Instituição da tese/dissertação (IES)
Diva do Couto Gontijo Muniz *	11	-	-	-	11	11 UnB
Russell Parry Scott	10	-	-	-	10	9 UFPE, 1 UFSC
Ana Alice Alcantara Costa	7	-	2	-	9	7 UFBA, 1 FGV-SP, 1 UCS
Maria Lygia Quartim de Moraes	-	7	1	-	8	5 UNICAMP, 1 Unesp, 1 PUC-SP, 1 USP
Clara Maria de Oliveira Araujo	5	1	1	-	7	1 ENCE, 1 UFMT, 2 UFRJ, 1 PUC-RIO, 1 UERJ, 1UnB
Tania Navarro Swain *	7	-	-	-	7	7 UnB
Edla Eggert	1	-	5	-	6	4 Unisinos, 1 PUC-RS, 1 UFSC

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti	-	1	4	1	6	4 PUC-SP, 1 UNICAMP, 1 IMES
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti	6	-	-	-	6	6 UFPE
Lúcia Mercês de Avelar	3	3	-	-	6	3 UnB, 2 USP, 1 UNICAMP,
Maria Izilda Santos de Matos	1	2	3	-	6	3 PUC-SP, 1 USP, 1 UFRJ, 1 UERJ
Vanessa Maria Brasil *	6	-	-	-	6	6 UnB
TOTAL	57	14	16	1	88	

*As participações em banca de Vanessa Maria Brasil são todas as vezes coincidentes com Diva do Couto Gontijo Muniz e apenas uma vez não era coincidente com a participação de Tania Navarro Swain, cujas participações também coincidem todas as vezes com Diva do Couto Gontijo Muniz.

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

O que se destaca deste quadro é o fato das pesquisadoras da UnB permanecerem de modo robusto participando de Bancas de Avaliação no âmbito da sua própria instituição. Esta característica também está presente nas demais participações, mas com menor intensidade.

Quanto à classificação destas produções em termos de temáticas é importante salientar, mais uma vez, que foram incluídas na análise todas as teses e dissertações que tangenciassem o tema “participação de mulheres nos espaços de poder”, não se restringindo apenas ao espaço político formal (parlamentar, por exemplo). Deste modo, foram incluídas também teses e dissertações sobre participação em movimentos sociais (o que explicaria a maior frequência desta categoria).

Quadro 2: Distribuição das Principais Temáticas

TEMÁTICA	Descritivo Geral da temática
Participação e Ativismo	Participação em movimentos sociais, participação política substantiva
Relações Trabalhistas	Questões ligadas ao mercado de trabalho e emprego
Representação Política	Representação política em espaços formais, eleições
História	Temas históricos
Políticas Públicas	Desenvolvimento e gestão de políticas públicas

Relações Raciais	Questões relacionadas a relações raciais
Educação	Processos educacionais formais e informais
Direitos e Cidadania Formal	Exercício da cidadania formal, direitos liberais
Mídia	Questões midiáticas, imprensa, cinema
Religião	Questões religiosas
Literatura e Linguagem	Estudos literários e lingüísticos
Questões Rurais	Relações sociais e políticas rurais
Violência de Gênero	Questões relacionadas a violência de gênero
Saúde	Questões relacionadas à saúde
Teoria Feminista	Discussões teóricas do feminismo
Diversidade LGBT	Questões relacionadas à diversidade LGBT
Direitos Reprodutivos	Discussões sobre direitos reprodutivos
Gerações	Questões geracionais
Questões Indígenas	Questões relacionadas a relações indígenas

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Também importa salientar que foi possível classificar tais produções a partir de UMA Temática Principal e de UMA Temática Secundária, caso esta existisse. A distribuição dos 385 casos identificados neste levantamento em relação à Temática principal é a seguinte:

Tabela 22: Distribuição das produções pela classificação da Temática principal:

Temática Principal	Ocorrências	Freqüência
Participação e Ativismo	122	31,7%
Relações Trabalhistas	62	16,1%
Representação Política	31	8,1%
Outra ²⁵	28	7,3%
História	24	6,2%
Políticas Públicas	18	4,7%
Relações Raciais	16	4,2%
Educação	14	3,6%
Direitos e Cidadania Formal	14	3,6%
Mídia	14	3,6%
Religião	12	3,1%
Literatura e Linguagem	9	2,3%
Questões Rurais	4	1,0%

²⁵ Foi classificada como "outra" a temática que não se relacionasse a nenhuma variável já estabelecida no questionário de pesquisa.

Violência de Gênero	4	1,0%
Saúde	4	1,0%
Teoria Feminista	3	0,8%
Diversidade LGBT	2	0,5%
Direitos Reprodutivos	2	0,5%
Gerações	1	0,3%
Questões Indígenas	1	0,3%
Total	385	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Quadro 3: Distribuição das produções pela classificação de Outra Temática Principal:

Outra Temática Principal	Ocorrências
Família	7
Psicologia	6
Biografia	3
Relações Rurais	2
Ciência	1
Comportamento Político	1
Comunicação	1
Desigualdade Econômica	1
Elites	1
Esporte	1
Estudos de Gênero	1
Migrações	1
Organizações Internacionais	1
Teoria Marxista	1
Total	28

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

As temáticas classificadas em “Participação e Ativismo”, “Relações Trabalhistas” e “Representação Política” concentram 55,9% das produções levantadas. A Tabela abaixo (Tabela 23) descreve as temáticas pelo sexo dos/as autores e, como pode ser observado, ainda que se tenha a prevalência da autoria feminina (90,9%), a autoria masculina cresce nas seguintes temáticas: “Direitos Reprodutivos” (50%), “Literatura e Linguagem” (33,3%), “Educação” (21,4%) “Representação Política” (16,1%) – lembrando mais uma vez que estas

produções masculinas são em um número bastante reduzido (apenas 35 casos ou 9,1% da amostra).

Tabela 23: Distribuição das produções pela classificação da Temática principal e o sexo do/ autor/a:

Temática Principal/Sexo	Feminino	Masculino	Total	(N)
Participação e Ativismo	93,4%	6,6%	100%	122
Relações Trabalhistas	90,3%	9,7%	100%	62
Representação Política	83,9%	16,1%	100%	31
Outra	92,9%	7,1%	100%	28
História	91,7%	8,3%	100%	24
Políticas Públicas	88,9%	11,1%	100%	18
Relações Raciais	100%	-	100%	16
Educação	78,6%	21,4%	100%	14
Direitos e Cidadania Formal	85,7%	14,3%	100%	14
Mídia	100%	-	100%	14
Religião	91,7%	8,3%	100%	12
Literatura e Linguagem	66,7%	33,3%	100%	9
Questões Rurais	100%	-	100%	4
Violência de Gênero	100%	-	100%	4
Saúde	100%	-	100%	4
Teoria Feminista	100%	-	100%	3
Diversidade LGBT	100%	-	100%	2
Direitos Reprodutivos	50,0%	50,0%	100%	2
Gerações	100%	-	100%	1
Questões Indígenas	100%	-	100%	1
Total	90,9%	9,1%	100%	385

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Tabela 24: Distribuição das produções pela classificação da Temática principal e o sexo do/a Orientador/a

Temát_Princ/Sexo_Orient	Feminino	Masculino	Total	(N)
Participação e Ativismo	66,4%	33,6%	100%	122
Relações Trabalhistas	74,2%	25,8%	100%	62
Representação Política	61,3%	38,7%	100%	31
Outra	64,3%	35,7%	100%	28
História	62,5%	37,5%	100%	24
Políticas Públicas	83,3%	16,7%	100%	18
Relações Raciais	68,8%	31,3%	100%	16
Educação	71,4%	28,6%	100%	14
Direitos e Cidadania Formal	35,7%	64,3%	100%	14

Mídia	71,4%	28,6%	100%	14
Religião	66,7%	33,3%	100%	12
Literatura e Linguagem	55,6%	44,4%	100%	9
Questões Rurais	50,0%	50,0%	100%	4
Violência de Gênero	50,0%	50,0%	100%	4
Saúde	75,0%	25,0%	100%	4
Teoria Feminista	33,3%	66,7%	100%	3
Diversidade LGBT	100%	-	100%	2
Direitos Reprodutivos	50,0%	50,0%	100%	2
Gerações	100%	-	100%	1
Questões Indígenas	100%	-	100%	1
Total	66,5%	33,5%	100%	385

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Da Tabela 24 acima podemos depreender que a orientação masculina está concentrada em temáticas singulares: em “Teoria Feminista” (66,7%) e em “Direitos e Cidadania Formal” (64,3%); eles dividindo, literalmente, a orientação com as mulheres nas seguintes outras temáticas: “Questões Rurais” (50%) e “Violência de gênero (50%). É curiosa e merecedora de destaque a permanência de determinadas temáticas generificadas: a discussão teórica, a específica sobre representação democrática e sobre direitos/cidadania, por sua vez, concentrando a atenção dos orientadores homens.

Tabela 25: Distribuição das produções pela classificação da Temática principal e a região do país

Temática Principal/Região	sul	sudeste	centro-oeste	nordeste	norte	(N)
Representação Política	4,5%	7,7%	15,8%	8,9%	0,0%	31
Participação e Ativismo	37,3%	30,1%	23,7%	35,4%	20,0%	122
Direitos e Cidadania Formal	3,0%	4,6%	0,0%	3,8%	0,0%	14
Políticas Públicas	4,5%	3,6%	5,3%	5,1%	40,0%	18
Teoria Feminista	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	3
Literatura e Linguagem	0,0%	2,6%	5,3%	2,5%	0,0%	9
Relações Raciais	0,0%	5,6%	7,9%	2,5%	0,0%	16
Questões Indígenas	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1
Diversidade LGBT	0,0%	0,0%	5,3%	0,0%	0,0%	2

Gerações	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1
Violência de Gênero	0,0%	1,0%	2,6%	1,3%	0,0%	4
Saúde	0,0%	1,5%	0,0%	1,3%	0,0%	4
Educação	7,5%	2,0%	2,6%	3,8%	20,0%	14
Relações Trabalhistas	25,4%	14,3%	18,4%	12,7%	0,0%	62
Questões Rurais	1,5%	1,0%	0,0%	1,3%	0,0%	4
Direitos Reprodutivos	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2
Religião	3,0%	3,1%	0,0%	5,1%	0,0%	12
História	3,0%	6,6%	7,9%	7,6%	0,0%	24
Mídia	4,5%	4,1%	2,6%	2,5%	0,0%	14
Outra	6,0%	8,7%	2,6%	6,3%	20,0%	28
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	385
(n)	67	196	38	79	5	

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Da Tabela 25 depreende-se que a temática “participação” se destaca como principal temática em todas as regiões, exceto norte (que apresenta apenas 5 produções no total), sendo esta a temática mais recorrente entre todas as analisadas. A segunda temática mais recorrente em todas as regiões, exceto no Norte, é “relações trabalhistas”. É importante ressaltar que no Centro-oeste o tema da “representação política” aparece como terceira temática mais recorrente com um percentual acima de 15%. A região Norte, apesar de apresentar uma distribuição percentual distinta das demais regiões, tem uma produção muito baixa, de apenas 4 Dissertações e uma Tese.

Também é possível observar a distribuição das temáticas abordadas nas distintas teses e dissertações na perspectiva do tipo de administração da IES em que o estudo foi produzido. A tabela 26 abaixo traz as informações neste sentido.

Tabela 26: Distribuição das produções pela classificação da Temática principal e o Tipo de Administração da IES correspondente

Temática Princ./Administração	federal	estadual	privada	municipal	(N)
----------------------------------	---------	----------	---------	-----------	-----

Representação Política	8,0%	10,7%	6,0%	0,0%	31
Participação e Ativismo	30,7%	32,0%	33,7%	50,0%	122
Direitos e Cidadania Formal	2,7%	4,0%	6,0%	0,0%	14
Políticas Públicas	4,4%	5,3%	3,6%	50,0%	18
Teoria Feminista	0,4%	0,0%	2,4%	0,0%	3
Literatura e Linguagem	3,1%	1,3%	1,2%	0,0%	9
Relações Raciais	3,1%	6,7%	4,8%	0,0%	16
Questões Indígenas	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	1
Diversidade LGBT	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	2
Gerações	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	1
Violência de Gênero	1,3%	1,3%	0,0%	0,0%	4
Saúde	1,3%	1,3%	0,0%	0,0%	4
Educação	4,4%	1,3%	3,6%	0,0%	14
Relações Trabalhistas	19,1%	12,0%	12,0%	0,0%	62
Questões Rurais	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	4
Direitos Reprodutivos	0,4%	0,0%	1,2%	0,0%	2
Religião	3,1%	1,3%	4,8%	0,0%	12
História	5,8%	10,7%	3,6%	0,0%	24
Mídia	3,1%	4,0%	4,8%	0,0%	14
Outra	6,2%	6,7%	10,8%	0,0%	28
TOTAL	100%	100%	100%	100%	385
(N)	225	75	83	2	

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Na Tabela 26 observa-se que a produção em Universidades de todos os tipos de administração se concentrou na temática “participação”, seguida de “relações trabalhistas”, mas também destaca-se com percentual acima de 10%, a produção nas temáticas “representação política” e “história” nas Universidades Estaduais.

Outra informação relevante está na possibilidade do cruzamento das variáveis de áreas de habilitação em relação às principais temáticas que são trabalhadas nestas produções levantadas.

Quadro 4: Distribuição das principais Áreas pelas principais Temáticas

Princ. Áreas/Princ. Temáticas	Repres. Política	Particip.	Pol. Públ.	Rel. Raciais	Educação	Rel.Trab.	História	TOTAL
-------------------------------	------------------	-----------	------------	--------------	----------	-----------	----------	-------

História	3	17	-	2	1	5	15	46
Sociologia	8	17	4	2	-	5	-	37
Educação	2	13	1	5	9	2	3	35
C. Sociais	7	11	1	1	-	6	1	27
Serviço Social	2	12	1	-	-	3	-	18
Administração	-	3	1	-	-	13	-	17
Psicologia	-	11	1	-	-	4	-	16
Ciência Política	5	4	1	-	-	-	-	10
TOTAL	27	88	10	10	10	38	19	206

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Aqui podemos observar que a habilitação em História concentra mais produções, (entre suas 46) na temática correlata "História" (15 trabalhos), mas também outros estudos sobre a temática sobre "Participação" (17 trabalhos). Os Programas com habilitação em Sociologia concentraram seus 37 trabalhos nas temáticas sobre "Participação" (17 trabalhos), "Representação Política" (8 trabalhos) e "Relações de Trabalho" (5 trabalhos). A habilitação em Educação tem o *roll* mais disperso de temáticas dentre as suas 35 produções identificadas: "Participação" (13 trabalhos), em "Educação" mesmo (9 trabalhos) e "Relações Raciais" (5 trabalhos). As habilitações em Ciências Sociais apresentaram também dispersão temática entre os 27 trabalhos levantados: 11 trabalhos sobre "Participação", 7 trabalhos sobre "Representação Política" e 6 sobre "Relações Trabalhistas". Os programas com habilitação em Serviço Social, por sua vez, têm suas produções concentradas na temática da "Participação", com 12 dos 18 trabalhos produzidos; já a habilitação em Administração também se concentrou tematicamente, sendo 13 de suas 18 produções na temática das "Relações Trabalhistas". Na habilitação em Psicologia as 16 produções identificadas ficaram igualmente concentradas nos estudos sobre "Participação" (com 11 trabalhos), e, finalmente, dos 10 trabalhos produzidos na habilitação em Ciência Política, 5 foram sobre a temática da "Representação Política" e 4 sobre "Participação".

Em todas as principais áreas a temática “participação” teve destaque, com exceção da área Administração, que concentra as produções sobre “relações trabalhistas”.

Tabela 27: Distribuição das Temáticas principais nas principais IES

Temática Principal/Princ. Univ.	UnB	USP	UFRJ	PUC-SP	UFPE	UNICAMP	TOTAL
Representação Política	15,4%	7,7%	4,0%	8,3%	4,3%	9,5%	8,3%
Participação e Ativismo	23,1%	19,2%	28,0%	41,7%	30,4%	42,9%	30,3%
Direitos e Cidadania Formal	0,0%	7,7%	4,0%	0,0%	4,3%	0,0%	2,8%
Políticas Públicas	7,7%	3,8%	0,0%	4,2%	8,7%	4,8%	4,8%
Literatura E Linguagem	3,8%	0,0%	8,0%	4,2%	0,0%	0,0%	2,8%
Relações Raciais	3,8%	7,7%	4,0%	4,2%	0,0%	9,5%	4,8%
Questões Indígenas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Diversidade LGBT	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Violência de Gênero	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	0,0%	0,7%
Saúde	0,0%	3,8%	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Educação	3,8%	3,8%	0,0%	0,0%	4,3%	0,0%	2,1%
Relações Trabalhistas	15,4%	3,8%	24,0%	12,5%	4,3%	19,0%	13,1%
Direitos Reprodutivos	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Religião	0,0%	3,8%	0,0%	4,2%	8,7%	0,0%	2,8%
História	11,5%	11,5%	4,0%	0,0%	13,0%	9,5%	8,3%
Mídia	3,8%	11,5%	4,0%	12,5%	8,7%	0,0%	6,9%
Outra	3,8%	15,4%	12,0%	8,3%	8,7%	4,8%	9,0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
(N)	26	26	25	24	23	21	145

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Da Tabela acima podemos observar que a temática “participação” é a mais recorrente nas seis principais universidades. Na UnB, além de participação destacam-se também “relações trabalhistas”, “representação política” e “história”; na USP, “história” e “mídia”; na UFRJ, “relações trabalhistas”; na PUC-SP, “relações trabalhistas” e “mídia”; na UFPE, “história”; e na UNICAMP, “relações trabalhistas”.

Uma rápida apresentação é feita a seguir em relação, desta vez, ao conjunto das temáticas secundárias que foram contempladas nos

trabalhos levantados. Cabe, contudo, a lembrança de que tivemos 179 casos onde não foi possível estabelecer este tipo de classificação, ou seja, 46,5% dos casos de nossa amostra, restando-nos, portanto, a análise de 206 casos.

Tabela 28: Distribuição das produções pela classificação das suas Temáticas SECUNDÁRIAS

Temática Secundária	Ocorrências	Freqüência
Participação e Ativismo	38	18,4%
Outra	22	10,7%
Relações Trabalhistas	21	10,2%
Educação	18	8,7%
Questões Rurais	18	8,7%
História	13	6,3%
Políticas Públicas	12	5,8%
Representação Política	11	5,3%
Relações Raciais	8	3,9%
Religião	7	3,4%
Mídia	7	3,4%
Saúde	6	2,9%
Direitos e Cidadania Formal	6	2,9%
Teoria Feminista	5	2,4%
Questões Indígenas	4	1,9%
Diversidade LGBT	3	1,5%
Gerações	2	1,0%
Violência de Gênero	2	1,0%
Direitos Reprodutivos	2	1,0%
Literatura e Linguagem	1	0,5%
Total	206	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

As temáticas “Participação e Ativismo”, “Relações Trabalhistas”, “Educação” e “Questões Trabalhistas” concentraram 46% das produções em que foram classificadas as temáticas secundárias, apresentando um quadro temático semelhante àquele descrito para a classificação das áreas temáticas principais. Também cabe menção ao conteúdo da classificação “Outra” temática secundária, que se focalizou no seguinte desenho:

Quadro 5: Distribuição das produções pela classificação “Outra” Temática Secundária

Outra Temática Secundária	Ocorrências
Psicologia	9
Ciência	3
Biografia	1
Cidadania Ampliada	1
Ditadura	1
Divórcio	1
Empoderamento	1
Esporte	1
Família	1
Organizações Internacionais	1
Segurança Pública	1
Teoria Política	1
Total	22

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Para finalizar esta descrição geral das produções e num esforço de diminuir a dispersão das produções que foram levantadas em relação às habilitações, e mesmo para forçar uma reclassificação, desta vez balizada pelo resumo apresentado nas produções, bem como nas respectivas palavras-chave, chegamos à seguinte situação:

Tabela 29: Reclassificação da produção levantada segundo as principais áreas de Habilitação

Área	Ocorrências	Frequência
Sociologia	99	22,3%
Outras*	71	16,0%
História	67	15,1%
Ciência Política	54	12,2%
Educação	40	9,0%
Psicologia	31	7,0%
Serviço Social	24	5,4%
Administração	24	5,4%
Antropologia	15	3,4%
Direito	11	2,5%
Saúde	8	1,8%
Total	444	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de dados CAPES (2010)

Nesta outra reclassificação também são as habilitações em Sociologia, História, Ciência Política e Educação que concentraram 58,6% das produções levantadas:

Quadro 6: Distribuição das produções pela reclassificação "Outras" Áreas

Outras Áreas	Ocorrências
Comunicação	14
Ciências Agrárias	11
Geografia	7
Religião	5
Economia	4
Letras	4
Literatura	4
Ciência	3
Psicologia Social	3
Relações Internacionais	3
Esporte	2
Estatística	2
Linguística	2
Trabalho	2
Biografias	1
Educação	1

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses CAPES (Março de 2010)

Passemos agora à análise dos dois periódicos aqui selecionados para análise: Cadernos de Pagu e Revista estudos Feministas. Entendemos que uma busca mais alargada em todos os principais periódicos indexados da área, poderá vir a revelar um quadro geral de menor concentração, mas compreendemos igualmente que estas são, indiscutivelmente, as duas Revistas que têm mais concentrado a publicação das produções no "campo feminista e de gênero".

A Segunda frente de pesquisa: levantamento de artigos nos dois principais periódicos da área dos Estudos de Gênero (REF e Cadernos PAGU)

Em relação à publicação de artigos acadêmicos, neste trabalho foram analisados os periódicos “Revista Estudos Feministas” (REF) e “Cadernos Pagu” - as duas principais revistas acadêmicas da área de gênero no Brasil – publicadas, respectivamente, pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e pelo Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Os dados analisados se referem aos artigos publicados entre 2000 e 2009, compreendendo todos os volumes dos últimos dez anos. Foram analisados e classificados, através de análise dos resumos disponíveis no sítio do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC²⁶, todos os artigos avulsos e de dossiês publicados (excluem-se deste levantamento os Editoriais, as Apresentações, as Entrevistas e os Documentos publicados nos números analisados).

O total de artigos publicados entre 2000 e 2009 nos dois periódicos é de 823, sendo 603 publicados na REF (em 26 números) e 220 na Cadernos de Pagu (em 18 volumes). Deste total, 178 (21,6%) são artigos que tratam sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e foram selecionados para análise. A Revista Estudos Feministas publicou a maior parte destes artigos, 86,0%, sendo que a Cadernos Pagu apresentou somente 25 artigos (14,0%) que trataram sobre o tema desta pesquisa.

Tabela 30: Artigos publicados na REF e na Pagu, entre 2000 e 2009

Revista/Artigos	Geral	Seleção	% do Geral
REF	603	153	25.4%
PAGU	220	25	11.4%
TOTAL	823	178	21.6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

²⁶ <http://www.ieg.ufsc.br/revistas.php>

Os 178 artigos selecionados para análise apresentam um total de 223 autores, e há claramente, mais uma vez, uma concentração na autoria feminina: apenas 12 artigos, 6 em cada uma das revistas, foram escritos por homens.

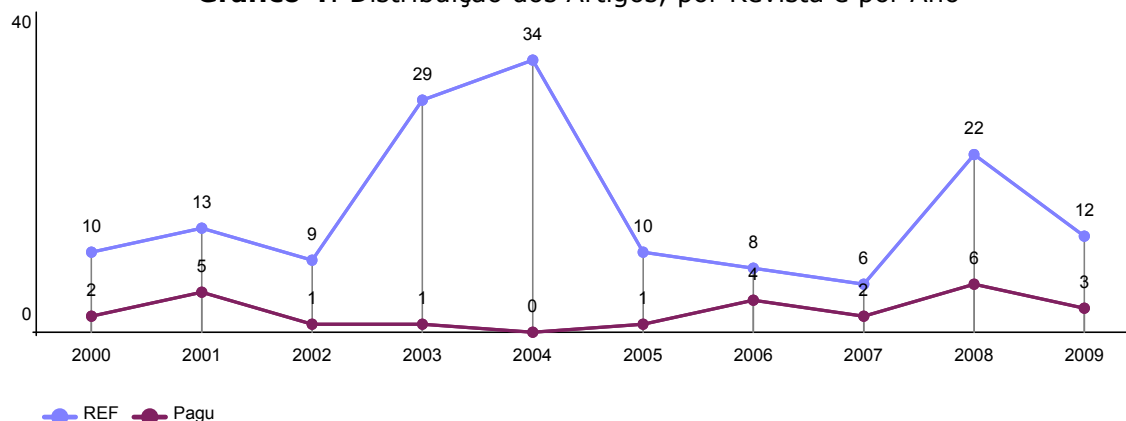
Tabela 31: Distribuição dos Artigos levantados pelo Sexo dos Autores, por Revista

Sexo	REF	Freq. REF	Pagu	Freq. Pagu	Total	Freq. Total
Feminino	183	96,8%	28	82,4%	211	94,6%
Masculino	6	3,2%	6	17,6%	12	5,4%
Total	189	100%	34	100%	223	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

No gráfico 4, a seguir, pode-se observar a evolução do número de artigos publicados a cada ano, em cada periódico. É interessante observar que os picos de artigos desta temática da Revista Estudos Feministas ocorreram entre os anos de 2003, 2004 e 2008; sendo que estes se referem principalmente a Dossiês específicos sobre publicações feministas na área (em 2003 e 2008) ou sobre a participação das mulheres no Fórum Social Mundial (em 2004, com a concentração de 25 artigos somente neste dossiê), onde todos os artigos tratavam sobre o tema "mulheres e poder". Em 2008, a distribuição dos artigos se dividiu mais equilibradamente entre três Dossiês, embora um deles voltasse a tratar de publicações feministas e abordasse os 15 anos da própria REF.

Embora, no conjunto aqui analisado, o número de artigos da Revista Cadernos Pagu seja em um volume pequeno, a curva de publicação de artigos sobre "mulheres e poder" nesta revista tende a acompanhar àquela da REF, com a exceção dos anos de 2003 e 2004. Em 2004, enquanto a REF teve um pico de artigos sobre o Fórum Social Mundial, a Cadernos Pagu não teve nenhum artigo que tratasse sobre a temática geral "mulheres e poder".

Gráfico 4: Distribuição dos Artigos, por Revista e por Ano

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Em relação à instituição a que são filiadas/os as/os autoras/es de artigos que tratam sobre “mulheres e poder” publicados na REF e na Cadernos Pagu, 63,3% das instituições são brasileiras. Esse percentual é menor na Revista Estudos Feministas, 61,1%, sendo de 75,8% na Revista Cadernos Pagu. Além da publicação de artigos originais de autoras estrangeiras, as duas revistas costumam publicar traduções de artigos e de capítulos de livros já lançados pelas autoras estrangeiras no exterior, o que explica a grande quantidade de autoras e de instituições estrangeiras dentre estes artigos.

A distribuição por unidades da federação nos mostra uma concentração de artigos em três UFs: São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.

Tabela 32: Distribuição dos Artigos levantados pelas Unidades da Federação, por Revista

UF (Total)	Ocorrências	Freqüência	UF (REF)	Ocor. REF	Freq. REF	Uf (Pagu)	Ocor. Pagu	Freq. Pagu
SP	48	34,3%	SP	34	30,1%	SP	14	51,9%
SC	33	23,6%	SC	33	29,2%	PR*	5	18,5%
DF	17	12,1%	DF	16	14,2%	RJ	3	11,1%
RJ	13	9,3%	RJ	10	8,8%	MG	2	7,4%
RS	9	6,4%	RS	7	6,2%	RS	2	7,4%
PR	7	5,0%	MG	3	2,7%	DF	1	3,7%
MG	5	3,6%	PE	3	2,7%	TOTAL	27	100%

PE	3	2,1%	PR	2	1,8%
BA	1	0,7%	BA	1	0,9%
CE	1	0,7%	CE	1	0,9%
GO	1	0,7%	GO	1	0,9%
MA	1	0,7%	MA	1	0,9%
PB	1	0,7%	PB	1	0,9%
TOTAL	140	100%	TOTAL	112	100%

OBS: foram excluídas não-respostas e não se aplica.

* um artigo específico da Cadernos Pagu era de autoria quádrupla, de autores do Paraná. Essas ocorrências são de apenas 2 artigos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Observando com mais detalhamento os casos, observa-se que o destaque de Santa Catarina se deve a uma concentração institucional na UFSC, Universidade onde é editada a REF. Já os casos de São Paulo que aparecem como maioria se relacionam a uma concentração na UNICAMP e na USP, mas também a outras universidades (a PUC-SP, por exemplo) e instituições não-universitárias (onde há uma difusão entre ONGs). O destaque do Distrito Federal, além dos artigos de autoria vinculada à UnB, também se deve a autorias ligadas especificamente a organizações não-governamentais.

Agrupando os casos identificados por região do país, observa-se que a concentração nas regiões do Sudeste e Sul permanece grande. As duas regiões, juntas, concentram um percentual alto das produções amostradas: 82,1% de todas as ocorrências. É importante ressaltar que os 12,9% de artigos oriundos da região Centro-Oeste se referem, na verdade, à predominância de 17 ocorrências do Distrito Federal e apenas uma do estado de Goiás. Deste modo, Sul, Sudeste (excetuando-se Espírito Santo) e Distrito Federal concentram quase o total das publicações: 94,3% de todas as ocorrências.

Tabela 33: Distribuição dos Artigos levantados por Região do país, por Revista

Região (Total)	Ocorrências	Frequência	Região (Ref)	Ocorrências	Frequência	Região (Pagu)	Ocorrências	Frequência
Sudeste	66	47.1%	Sudeste	47	41.6%	Sudeste	19	70.4%
Sul	49	35.0%	Sul	42	37.2%	Sul	7	25.9%
Centro-Oeste	18	12.9%	Centro-Oeste	17	15.0%	Centro-Oeste	1	3.7%
Nordeste	7	5.0%	Nordeste	7	6.2%	Nordeste	-	-
Norte	-	-	Norte	-	-	Norte	-	-
TOTAL	140	100%	TOTAL	113	100%	Total	27	100%

foram excluídas não-respostas e não se aplica

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

O grande número de ocorrências de artigos publicados por autores/as que estão inseridos em IES de administração federal, em grande parte se deve ao predomínio das universidades federais entre estas principais instituições do país. O destaque das instituições de administração privada, além da presença das universidades particulares (como a PUC-SP, principalmente), se deve ao grande número de filiações institucionais não-universitárias, como ONGs. É interessante notar que, no caso da Revista Cadernos Pagu, há um importante destaque também das instituições estaduais, e isto pode ser debitado ao percentual elevado de participação das Universidades Estaduais paulistas.

Tabela 34: Distribuição dos Artigos levantados por Tipo de Administração das Instituições

Admin. (Total)	Ocorrências	Frequência	Admin. (Ref)	Ocorrências	Frequência	Admin. (Pagu)	Ocorrências	Frequência
Federal	76	52,4%	Federal	64	54,2%	Federal	12	44,4%
Privada	39	26,9%	Privada	36	30,5%	Privada	3	11,1%
Estadual	30	20,7%	Estadual	18	15,3%	Estadual	12	44,4%
TOTAL	145	100%	TOTAL	118	100%	TOTAL	27	100%

foram excluídas não-respostas e não se aplica

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Entre as principais instituições, a UFSC, a própria IES que é a responsável direta pela publicação da Revista Estudos Feministas, aparece como a instituição com o maior número de ocorrências. A

UNICAMP, que por sua vez, publica a Revista Cadernos Pagu, através do Núcleo de Estudos de Gênero de mesmo nome, aparece com destaque tanto entre o total de artigos do período analisado, quanto também internamente em cada uma das revistas. Após essas duas instituições, também se destacam as publicações de autores/as que estão inseridos na UnB e na USP.

Tabela 35: Distribuição dos Artigos levantados por Principais instituições, por revista

Instituição	Ocorrência Total	Freqüência Total
UFSC	32	13,9%
UNICAMP	12	5,2%
UnB	11	4,8%
USP	9	3,9%

(n)Total: 230

Instituição	Ocorrência REF	Freqüência Ref
UFSC	32	16,5%
UnB	10	5,2%
USP	7	3,6%
UNICAMP	6	3,1%

(n)REF: 194

Instituição	Ocorrência Pagu	Freqüência Pagu
UNICAMP	6	16,7%
UTFPR*	4	11,1%
Fund. Carlos Chagas*	2	5,6%
UFF*	2	5,6%
UFMG*	2	5,6%
USP	2	5,6%

(n)Pagu:36

*as ocorrências de cada universidade se referem, cada uma, a um artigo, com mais de uma autora.

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Entre as(os) autoras(es) com maior número de artigos, observa-se que existe uma concentração entre autoras da Universidade Federal de Santa Catarina. As quatro autoras da UFSC que aparecem listadas também são (ou foram) Editoras da REF. A única estrangeira da lista, Sonia E. Alvarez, é uma renomada autora internacional que trabalha

com estudos de gênero na América Latina e é também pesquisadora que possui grande influência nas pesquisas brasileiras da área. É interessante notar que a brasileira e o brasileiro cuja filiação institucional não pertence à UFSC são também aqueles que possuem, além de 2 artigos na REF, um artigo publicado na Revista Cadernos Pagu.

Apesar da baixa publicação de artigos sobre “mulheres e poder” pelos pesquisadores homens, com somente 6 artigos em cada revista e 12 no total, há um homem entre os acadêmicos com maior número de artigos publicados, contando este com a publicação de um total de 3 artigos no período analisado.

Quadro 7: Autoras/es com mais de 3 artigos, artigos por revista e filiação institucional

Principais autoras(es) - Geral	Ocorrências	Revistas	Instituição
Miriam Pillar Grossi	5	5 REF	UFSC
Cláudia de Lima Costa	4	4 REF	UFSC
Simone Pereira Schmidt	4	4 REF	UFSC
Sonia E. Alvarez	4	4 REF	UMASS*; UCSC**
Luis Felipe Miguel	3	2 REF, 1 Pagu	UnB
Luzinete Simões Minella	3	3 REF	UFSC
Nadya Araujo Guimarães	3	2 REF, 1 Pagu	USP

(n)autoras/es: 224, (n)REF: 190, (n)Pagu: 34

*UMASS: University of Massachusetts Amherst (EUA)

** UCSC: University of California, Santa Cruz (EUA)

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Analisando-se a distribuição das ocorrências das principais instituições por área do conhecimento dos artigos, observa-se que há grande concentração na área de Sociologia, claramente destacada pelo número de casos vinculados à UFSC, mas também às demais Universidades.

Quadro 8: Distribuição dos Artigos levantados por Principais instituições, por área do conhecimento

Instit./ Área	Antrop	Sociol	C. Política	Psicol.	Educ	Admin	Serv. Social	Direito	Saúde	História	Outros	Total
UFSC	6	21	5	0	1	0	0	0	0	7	9	49
UNICAMP	0	8	1	0	2	0	0	0	0	4	1	16
UnB	1	6	6	0	2	0	0	2	1	0	0	18
USP	0	7	1	0	0	1	0	0	0	0	3	12
TOTAL	7	42	13	0	5	1	0	2	1	11	13	95

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Já em relação às temáticas específicas de cada artigo, destacam-se: “participação e ativismo” e “teoria feminista”. É necessário ressaltar que dentre os artigos classificados nestas duas categorias estão os dois Dossiês da REF sobre publicações acadêmicas (com quase todos os artigos classificados com temática principal “teoria feminista”).

Tabela 36: Distribuição dos Artigos levantados por Temática Principal

Temática Principal	Ocorrências	Freqüência
Participação e Ativismo	75	42,1%
Teoria Feminista	35	19,7%
Relações Trabalhistas	8	4,5%
Outra	8	4,5%
Representação Política	7	3,9%
Religião	7	3,9%
Relações Raciais	6	3,4%
Mídia	6	3,4%
Direitos e Cidadania Formal	5	2,8%
Educação	4	2,2%
Direitos Reprodutivos	4	2,2%
História	3	1,7%
Políticas Públicas	3	1,7%
Literatura e Linguagem	2	1,1%
Saúde	2	1,1%
Diversidade LGBT	1	0,6%
Violência de Gênero	1	0,6%
Gerações	1	0,6%
Psicologia	0	0,0%
Questões Indígenas	0	0,0%
TOTAL	178	100%

Outra Temática Principal	Ocorrências	Freqüência
Arte	4	50,0%
Ciência	3	37,5%
Biografia	1	12,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

De maneira geral, grande parte dos artigos trata sobre questões relacionadas aos movimentos sociais, à luta pela efetividade de direitos e por uma cidadania ativa, às reflexões sobre o próprio movimento feminista, ao ativismo para o empoderamento de mulheres e às intersecções entre raça e gênero (especialmente com reflexões sobre os movimentos de mulheres negras), entre outros, o que pode ser observado também dentre as temáticas secundárias apresentadas nos mesmos artigos. O grande número de temáticas vinculadas à “teoria feminista” e às “organizações internacionais” como temáticas secundárias se deve à presença dos Dossiês sobre publicações feministas e sobre o Fórum Social Mundial, ambos publicados pela REF.

Tabela 37: Distribuição dos Artigos levantados por outras temáticas secundárias

Temática Secundária	Ocorrências	Freqüência
Participação e Ativismo	46	25,8%
Nenhuma	36	20,2%
Teoria Feminista	25	14,0%
Outra	21	11,8%
Representação Política	9	5,1%
Relações Raciais	7	3,9%
Educação	7	3,9%
História	6	3,4%
Direitos e Cidadania Formal	5	2,8%
Saúde	3	1,7%
Direitos Reprodutivos	3	1,7%
Mídia	3	1,7%
Relações Trabalhistas	2	1,1%
Políticas Públicas	2	1,1%

Gerações	1	0,6%
Violência De Gênero	1	0,6%
Questões Indígenas	1	0,6%
Literatura e Linguagem	0	0,0%
Diversidade LGBT	0	0,0%
Psicologia	0	0,0%
Religião	0	0,0%
TOTAL	178	100%

Outra Temática Secundária	Ocorrências	Freqüência
Organizações Internacionais	11	52,4%
Relações Rurais	3	14,3%
Academia	2	9,5%
Ciência	2	9,5%
Autobiografia	1	4,8%
Família	1	4,8%
Literatura	1	4,8%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

A análise referente ao cruzamento das temáticas principais pelo sexo do/a primeiro/a autor/a do artigo revela que dois temas – “relações raciais” e “representação política” - são os que apresentam o maior percentual de autores homens por categoria, mas correspondem a somente 2 artigos publicados no período. Do mesmo modo como ocorre com as produções de dissertações e teses, percebe-se uma concentração de autoria masculina sobre a temática da “representação política”. Ao mesmo tempo, no grande universo dos artigos que tratam sobre “participação política e ativismo”, somente um artigo tem um pesquisador homem como seu primeiro autor.

Tabela 38: Distribuição dos Artigos levantados por temática principal, por sexo do/a primeiro/a autor/a

Temática Principal	Feminino	Masculino	Total	(N)
Participação e Ativismo	98,7%	1,3%	100%	75
Teoria Feminista	97,1%	2,9%	100%	35
Relações Trabalhistas	87,5%	12,5%	100%	8

Outra	87,5%	12,5%	100%	8
Representação Política	71,4%	28,6%	100%	7
Religião	100%	-	100%	7
Relações Raciais	66,7%	33,3%	100%	6
Mídia	100%	-	100%	6
Direitos e Cidadania Formal	100%	-	100%	5
Educação	100%	-	100%	4
Direitos Reprodutivos	100%	-	100%	4
História	100%	-	100%	3
Políticas Públicas	100%	-	100%	3
Literatura e Linguagem	100%	-	100%	2
Saúde	100%	-	100%	2
Diversidade LGBT	100%	-	100%	1
Violência De Gênero	100%	-	100%	1
Gerações	100%	-	100%	1
Psicologia	-	-	-	0
Questões Indígenas	-	-	-	0

(n): 178

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

A distribuição dos artigos por seus temas principais e pela região do país mostra que a principal categoria - "participação e ativismo"- tem um foco maior de produção na região Sudeste. A segunda área mais citada, "teoria feminista", se destaca, por sua vez, nas regiões Sul e Sudeste.

Tabela 39: Distribuição dos Artigos levantados por Temática principal, por Região

Temática Principal*/Região	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Total	(N)
Representação Política	44,4%	11,1%	44,4%	-	100%	9
Participação e Ativismo	50,0%	29,2%	8,3%	12,5%	100%	48
Direitos e Cidadania Formal	50,0%	-	50,0%	-	100%	2
Políticas Públicas	50,0%	50,0%	-	-	100%	2
Teoria Feminista	32,3%	48,4%	16,1%	3,2%	100%	31
Literatura e Linguagem	-	100%	-	-	100%	1
Relações Raciais	50,0%	25,0%	25,0%	-	100%	4
Diversidade LGBT	100%	-	0,0%	-	100%	1
Gerações	-	-	100%	-	100%	1
Violência de Gênero	-	100%	-	-	100%	3
Saúde	100%	-	-	-	100%	1

Educação	100%	-	-	-	100%	3
Relações Trabalhistas	77,8%	22,2%	-	-	100%	9
Direitos Reprodutivos	-	66,7%	33,3%	-	100%	3
Religião	100%	-	-	-	100%	4
História	-	-	-	-	-	0
Mídia	71,4%	28,6%	-	-	100%	7
Outra	36,4%	63,6%	-	-	100%	11
Total	47,9%	35,0%	12,1%	5,0%	100%	140

*Foram excluídas não-respostas e não se aplica

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Entre as quatro principais instituições envolvidas na publicação destes artigos - UFSC, UNICAMP, UnB e USP - pode-se observar que "participação e ativismo" e "teoria feminista" são os temas mais importantes entre os artigos de autoras da primeira universidade (UFSC), assim como na UNICAMP, que também apresenta artigos que tiveram como temática a "educação". Já para os artigos de autoras da UnB, as principais temáticas são: "representação política" e "teoria política feminista", seguida de "relações raciais", o que evidencia uma notável diferença entre esta instituição e as demais. Já os artigos de autoras da USP tratam principalmente sobre "relações trabalhistas", "participação" e "mídia", também distanciando o perfil desta universidade das demais do grupo aqui analisado.

Tabela 40: Distribuição dos Artigos levantados por Temáticas nas principais instituições

temática principal/instituição	UFSC	UNICAMP	UnB	USP	TOTAL	(N)
representação política	3,1%	0,0%	27,3%	0,0%	6,3%	4
participação e ativismo	37,5%	41,7%	0,0%	22,2%	29,7%	19
direitos e cidadania formal	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	1,6%	1
políticas públicas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
teoria feminista	37,5%	41,7%	27,3%	0,0%	31,3%	20
literatura e linguagem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
relações raciais	0,0%	0,0%	18,2%	0,0%	3,1%	2
diversidade lgbt	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
gerações	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	1,6%	1
violência de gênero	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0

saúde	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
educação	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	3,1%	2
relações trabalhistas	6,3%	0,0%	0,0%	33,3%	7,8%	5
direitos reprodutivos	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	1,6%	1
religião	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	1,6%	1
história	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
mídia	6,3%	0,0%	0,0%	22,2%	6,3%	4
outra	9,4%	0,0%	0,0%	11,1%	6,3%	4
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	64
(N)	32	12	11	9		

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Relacionando as principais áreas do conhecimento com maior número de ocorrências e as respectivas principais temáticas apresentadas nos artigos, observa-se que para a principal área, a Sociologia, o tema mais recorrente é o da “participação e ativismo”, seguido de “teoria feminista”.

Tabela 41: Distribuição dos Artigos levantados por Principais áreas, por principais temáticas

Tem. Principal/Área	Sociologia	C. Política	História	Antropologia	Educação	TOTAL
Repr. Política	1,7%	13,7%	0,0%	0,0%	0,0%	3,9%
Participação	53,0%	54,9%	36,4%	52,0%	9,1%	42,1%
Direitos	0,9%	3,9%	6,1%	0,0%	0,0%	2,8%
Políticas Públicas	0,9%	3,9%	0,0%	0,0%	9,1%	1,7%
Teoria Feminista	22,6%	17,6%	21,2%	16,0%	9,1%	19,7%
Relações Raciais	5,2%	0,0%	0,0%	8,0%	18,2%	3,4%
Educação	0,0%	0,0%	3,0%	0,0%	27,3%	2,2%
Rel. Trabalhistas	6,1%	3,9%	0,0%	0,0%	18,2%	4,5%
Religião	3,5%	0,0%	3,0%	12,0%	0,0%	3,9%
História	0,0%	0,0%	9,1%	4,0%	0,0%	1,7%
Mídia	1,7%	0,0%	6,1%	0,0%	9,1%	3,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
(N)	110	50	28	23	11	222

Fonte: Elaboração própria a partir dos periódicos REF e Pagu (2010)

Estes mesmos temas são também os mais recorrentes entre os artigos classificados na área de Ciência Política, além do já referido debate

sobre "representação política", um tema clássico para este campo disciplinar. Nas áreas de História e Antropologia "participação e ativismo" e "teoria feminista" também são os temas mais importantes nas publicações de artigos. A área da "Educação" temas relacionados à educação, por consequência, são os mais comuns, seguidos de "relações trabalhistas" e "relações raciais".

Considerações Finais

Alguns elementos ficaram muito presentes nas muitas análises aqui conduzidas. O levantamento das produções acadêmicas em nível de Pós-Graduação, de um modo geral, não se diferenciou muito do perfil da publicação dos artigos nas duas Revistas especializadas aqui pesquisadas (lembrando-se que foi mantido o mesmo recorte temporal de análise, adicionando-se apenas os 15 artigos acadêmicos publicados em 2009 – 12 na REF e 3 na Cadernos Pagu).

Um primeiro ponto destacável dos dois levantamentos realizados é que têm sido as mulheres aquelas que se interessam privilegiadamente por este campo de conhecimento - "mulheres, gênero e poder" - que, em nosso entender, se encontra em regime de expansão do interesse e, conseqüentemente, da produção no país, tanto na autoria propriamente dita quanto na orientação dos trabalhos deste teor. A feminização associada a este campo recente de estudos é, evidentemente, um elemento preocupante: se entendermos que os desafios que estão envolvidos no estudo e na pesquisa destes importantes temas extrapolam, e muito, uma agenda propriamente feminista, feminina ou das mulheres, se endereçando a problemas políticos e sociais que pertencem a toda a sociedade brasileira e mesmo à qualidade da democracia que se está a construir no país, termos majoritariamente as

mulheres focalizando tais problemas pode gerar a já conhecida e recorrente situação de “guetificação” da temática. Este seria um risco eminente para um outro passo muito próximo, o do desempoderamento desta área de conhecimento. Ao se delimitar o “seu espaço” – feminino – por consequência, também se restringe, e muito, sua capacidade efetiva de vir a transformar: seja o próprio conhecimento, seja a realidade, perseverando um diálogo que às vezes correria o sério risco de se tornar um monólogo entre, para e através de mulheres.

A tendência crescente destes estudos – seja na produção em Pós-Graduação, seja em relação aos artigos publicados, mesmo que de forma mais tímida por enquanto (que inclusive pode se dever ao fato indiscutível de que há um *delay* entre a produção da dissertação/tese e a seqüente elaboração, aprovação e efetiva publicação de um artigo) – precisa ter em consideração a “feminização” e possível “guetificação” acima descrita. É estratégico que tenhamos num futuro próximo um volume mais significativo de homens neste campo de conhecimento: seja como autores, seja como orientadores.

Assim como parece preocupante este primeiro elemento descrito da “feminização”, também é inquietante que tais estudos estejam tão regionalmente concentrados no Sul e Sudeste, assim como em Instituições específicas (e nas grandes universidades como USP, UNICAMP, UFRJ, PUC-SP e UFSC, à exceção da UnB que não está localizada nestas regiões). Se por um lado poderíamos nos alentar com a atuação mais incisiva da UFBA e da UFPE neste contexto, por outro, é impossível deixar de lembrar que esta participação está muito associada às figuras pessoais e particulares de dois pesquisadores desta região: Ana Alice Alcântara Costa e Russel Parry Scott.

Ao mesmo tempo, é importante a constatação de que a concentração regional entre as teses e dissertações que tratam sobre mulheres nos espaços de poder seja menos acentuada do que a distribuição geral dos discentes titulados em cursos de Mestrado e Doutorado. Nesta temática, embora ainda haja uma concentração de mais de metade da produção na região Sudeste, há menos concentração do que no cenário geral. Por uma limitação metodológica, visto que os dados analisados estavam agregados separadamente por área e unidade da federação, infelizmente não podemos fazer as comparações com dados referentes somente às áreas mais afins ao tema aqui analisado, o que seria importante para limitar a influência de áreas do conhecimento menos próximas ao tema. Mesmo assim, a análise comparativa com o cenário geral sugere que a temática “mulheres nos espaços de poder” se configura regionalmente de um modo distinto, menos concentrado, o que possivelmente ocorreria por causa de alguns pesquisadores específicos de Instituições não localizadas no Sudeste, como já se afirmou.

Curiosamente são as habilitações em Sociologia e História que têm acolhido tais estudos, deixando dois campos disciplinares de suma importância quase marginais ou alijados na acolhida de tais temáticas: a própria Ciência Política e o Direito. Podemos então afirmar que estes são os dois campos disciplinares vocacionados, mas, entretanto, os mais “fechados” as pesquisas nesta área. Com relação aos artigos esta situação ainda permanece com uma ligeira abertura: há alguns artigos publicados da área de Ciência Política, o que poderia indicar que esta área começa a se deixar permear e a produzir discussões mais sistemáticas sobre o assunto aqui tratado.

No que tange aos trabalhos de artigos publicados nas duas Revistas especializadas aqui analisadas é gritante a sua endogenia. As revistas claramente tendem a publicar artigos de pesquisadores que estão institucionalmente vinculados à instituição sede de publicação das Revistas e também das instituições do seu relativo entorno. Isto também ficou perceptível em outro trabalho, em que Marques (2007) verificou a grande endogenia presente em outros três periódicos brasileiros de Ciências Sociais, as Revistas: Dados, Lua Nova e Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nesta pesquisa, constatou-se que a maior parte dos/as autores/as com artigos publicados nas principais revistas da área eram de instituições do Sudeste e do Sul, particularmente de São Paulo e Rio de Janeiro, mais especificamente ainda de USP, UNICAMP e IUPERJ, as instituições mais próximas às Editoras das três revistas.

Principalmente tendo em vista o espaço editorial limitado que temos no país, é preciso questionar a forte concentração institucional e regional dos periódicos, porque a endogenia pode alimentar um ciclo perverso que fecha portas a novas/os autoras/es e segue legitimando o trabalho de apenas algumas instituições (visto que mais publicações são critérios para a liberação de novos recursos para pesquisas, que futuramente se traduzirão em mais artigos, favorecendo a concentração de financiamentos) e autores/as. Entendemos que este fato pode fazer, então, que os/as autores/as que têm privilegiadamente publicado sobre estes temas não sejam: nem os principais pesquisadores que desenvolveram as pesquisas recentes de Mestrado e Doutorado na área, nem os principais orientadores destas pesquisas.

Referências Bibliográficas

MARQUES, Danusa. 2007. Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005). Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

MATOS, Marlise. 2008. "Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências". Revista Estudos Feministas. vol.16, n.2, pp. 333-357.

_____. 2009. "A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres" (CNPq, FAPEMIG).

Endereços Eletrônicos

CAPES – GEOCAPES: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>

CAPES – Banco de Teses: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/>

IEG-USFC – Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina – Revistas: <http://www.ieg.ufsc.br/revistas.php>

IPU – Inter-parliamentary Union: <http://www.ipu.org/>

TSE – Tribunal Superior Eleitoral, Dados Eleitorais: www.tse.gov.br/internet/eleicoes